MINUPAR

CNPJ 90.076.886/0001-40
NIRE 43300031161
Companhia Aberta – Código CVM 13.765
Código de negociação na B3: MNPR3

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2025

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
28 DE ABRIL DE 2025

VERSÃO 2

Lajeado (RS), 28 de março de 2025.

Prezados Acionistas,

Os Administradores da Minupar Participações S.A. (“Minupar” ou “Companhia”) submetem à apreciação de seus Acionistas, a presente proposta da administração acerca das matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada presencialmente em 28 de abril de 2025.

O Edital de Convocação para esta Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) foi divulgado nesta mesma data, contendo os seguintes assuntos na ordem do dia:

- a. analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2023;
- b. deliberar sobre os atos praticados pela Administração ao longo do exercício social de 2024, bem como a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais durante esse exercício;
- c. analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2024;
- d. deliberar a quantidade de membros do Conselho de Administração da Companhia e realizar a eleição dos conselheiros;
- e. fixar a remuneração global dos Administradores para o ano de 2025; e
- f. se instalado o Conselho Fiscal, eleição de seus membros e fixação de sua remuneração.

A seguir, estão apresentadas as propostas da Administração para os assuntos inseridos na Ordem do Dia e as demais informações necessárias para análise das matérias pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Ao final do presente documento, constam os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia nos exercícios de 2023 e 2024, nos termos do item 02 do Formulário de Referência (Anexo C da Instrução CVM nº 80/2022).

Informações adicionais podem ser solicitadas pelos canais oficiais da Companhia e no seu site: <https://www.minupar.com.br/contato>.

Cordialmente,

Administração da Minupar Participações S.A.

SUMÁRIO

SUSPENSÃO DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE 2024	4
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	5
(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2023	6
(B) Proposta para ratificação dos atos praticados pela Administração ao longo do exercício social de 2024, bem como a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais durante esse exercício	7
(C) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2024	8
(D) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração	9
(E) Proposta para a remuneração global dos Administradores para o ano de 2025	11
(F) Proposta para eleição e remuneração dos Conselheiros Fiscais	11
Informe sobre a destinação do lucro líquido	12
ESCLARECIMENTOS FINAIS	13
Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência	14
Anexo II – Currículos dos candidatos (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	39
Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	39
Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)	41
Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência	45

As informações incluídas nesta segunda versão do documento foram destacadas para facilitar a identificação pelo leitor.

SUSPENSÃO DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DE 2024

No dia 26 de abril de 2024 foi divulgado Fato Relevante acerca da decisão judicial liminar proferida pelo Juízo do Juizado Regional Empresarial da Comarca de Pelotas, nos autos do processo nº 5014361-69.2024.8.21.0022 ajuizado pelo acionista minoritário Welinton Balderrama dos Reis, que determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que havia sido convocada para se realizar em 26.04.2024 às 10h.

Em razão da citada medida judicial, até o momento, não houve deliberação dos assuntos constantes na ordem do dia do respectivo edital de convocação. Portanto, visando cumprir as obrigações legais da Companhia perante seus acionistas, as deliberações foram incluídas na ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária de 2025.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Minupar Participações S.A., vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, convocada para o dia 28 de abril de 2025:

(A) Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023;

(B) Ratificar os atos praticados pela Administração ao longo do exercício social de 2024, bem como os valores de remuneração praticados durante o referido exercício, no valor de R\$324.750,00 aos Administradores e de R\$165.000,00 aos Conselheiros Fiscais.

(C) Aprovar as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024;

(D) Aprovar a eleição de 04 membros para compor o Conselho de Administração, mediante aprovação da chapa geral. Ou, sendo requerida a eleição em separado ou a adoção de voto múltiplo, aprovar a inclusão de mais 01 membro ao Conselho de Administração, para que seja composto por 05 membros no total.

(E) Aprovar a remuneração global dos membros da Administração em até R\$847.000,00 para o ano de 2025, a ser individualizada pelo Conselho de Administração;

(F) Caso seja instalado o Conselho Fiscal, aprovação a eleição de 03 membros para compor o referido Conselho e aprovar a remuneração individual dos seus membros para o ano de 2025, em parcelas mensais de R\$5.000,00, sendo paga uma parcela extra no mês de dezembro.

Cumprindo o artigo 10, inciso III, da Resolução CVM nº 81 de 2022, as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento, contendo o comentário dos Diretores sobre os exercícios sociais do ano de 2023 e de 2024.

O lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31.12.2023 e 31.12.2024 será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, portanto, não haverá deliberação sobre constituição de reservas, retenção de lucros e distribuição de dividendos.

As propostas da Administração e as informações detalhadas sobre as matérias da ordem do dia estão detalhadas a seguir.

(A) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2023

No dia 15 de março de 2024, a Administração da Companhia apresentou as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2023, bem como, o Relatório dos Administradores, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, por meio da divulgação no site da Companhia e arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários e B3.

Os auditores independentes examinaram as referidas demonstrações financeiras e emitiram opinião de que estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, sem ressalvas.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01127-4, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 14.03.2024, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos aqui mencionados, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram, em 14.03.2024, que as Demonstrações Financeiras, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Seguindo as disposições específicas, tais documentos foram devidamente disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3) e na página da Companhia na internet. Além disso, as informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento, contendo o comentário dos Diretores sobre os exercícios sociais de 2023 e 2024.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram também publicados no dia 16.03.2024 no Jornal A Hora, de forma resumida na edição física e na íntegra na página da internet (<https://grupoahora.net.br/publicidade-legal/>), sendo ainda disponibilizados na sua sede social, localizada na Avenida Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, em Lajeado, RS.

Por fim, por considerar que estão adequadamente apresentadas, a **Administração propõe à Assembleia a aprovação das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023**, nos exatos termos publicados.

(B) Proposta para ratificação dos atos praticados pela Administração ao longo do exercício social de 2024, bem como a remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais durante esse exercício

Nos termos do artigo 132 da Lei 6.404/76, anualmente deverá haver uma assembleia geral ordinária para tomar as contas dos administradores, além de eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso. Do mesmo modo, quando eleitos, cabe à Assembleia Geral Ordinária fixar a remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais.

Deste modo, tendo em vista que a Assembleia Ordinária de 2024 não foi realizada, submete-se a **ratificação dos atos praticados pela Administração ao longo do exercício social de 2024**, uma vez que acompanhados pelo Conselho Fiscal instalado e devidamente auditados pela empresa Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, a qual possui registro junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nº 01127-4.

No mesmo sentido, submete-se a **ratificação dos valores de remuneração praticados em 2024, no valor de R\$324.750,00 aos Administradores e de R\$165.000,00 aos Conselheiros Fiscais.**

Nos termos do art. 22, “h”, do Estatuto Social, o Conselho de Administração procedeu com a individualização da remuneração dentro dos limites propostos à Assembleia Geral de 2024, tendo sido reconhecidos os seguintes valores nas Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2024:

Conselho de Administração	R\$ 185.000,00
Diretoria	R\$ 139.750,00
Conselho Fiscal	R\$ 165.000,00

A esse respeito, cumpre ressaltar as informações prestadas no Fato Relevante divulgado no dia 31 de maio de 2024, em que foram informadas as medidas adotadas pela administração para enfrentamento à crise decorrente da enchente que atingiu a Controlada

Minuano. Naquela oportunidade, foi também informada a redução temporária das remunerações dos administradores e conselheiros fiscais no montante de 25%, bem como, que as Conselheiras Chao Em Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann renunciaram ao recebimento da remuneração de Conselheiras.

Por fim, as informações referentes ao item 08 do Formulário de Referência estão inseridas no Anexo III do presente documento, o qual contempla as informações relativas às propostas de remuneração para o ano de 2024 e de 2025.

(C) Proposta para aprovação das demonstrações financeiras de 2024

A Administração da Companhia apresenta nesta data, 28 de março de 2025, as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado no dia 31 de dezembro de 2024, bem como, o Relatório dos Administradores, dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, por meio da divulgação no site da Companhia e arquivamento perante a CVM e B3.

Os auditores independentes examinaram as referidas demonstrações financeiras e emitiram opinião de que estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, sem ressalvas.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01127-4, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 27.03.2025, havendo manifestação favorável do órgão colegiado pela aprovação dos documentos aqui mencionados, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Na mesma data, com base nos documentos analisados e nos esclarecimentos prestados pela Administração e pelos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal opinaram que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024, suas respectivas Notas Explicativas e o Relatório da Administração, estão adequadamente apresentados, em condições de serem apreciados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Seguindo as disposições específicas, tais documentos foram devidamente disponibilizados aos acionistas no site da CVM, da Bolsa de Valores (B3) e na página da Companhia na internet. Além disso, as informações referentes à seção 02 do Formulário

de Referência são apresentadas como [Anexo I](#) deste documento, contendo o comentário dos Diretores sobre os exercícios sociais de 2023 e 2024.

Os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram disponibilizados nesta data na sua sede social, localizada na Avenida Senador Alberto Pasqualini, nº 1535, bairro São Cristóvão, em Lajeado, RS, bem como, serão também publicados no Jornal A Hora no dia 15 de abril de 2025, de forma resumida na edição física e na íntegra na página da internet (<https://grupoahora.net.br/publicidade-legal/>).

Por fim, partindo da premissa de que as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31.12.2023 estão devidamente apresentadas, tendo sido aprovadas pela Administração, com parecer favorável do Conselho Fiscal, assim como auditadas pela Grant Thornton Brasil Auditores Independentes, registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01127-4, a Administração considera que os números e informações constantes em tais documentos estão corretos para fins de elaboração das Demonstrações Financeiras do exercício social de 2024.

Portanto, por considerar que estão adequadamente apresentadas, a Administração **propõe à Assembleia a aprovação das contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2024**, nos exatos termos publicados.

(D) Proposta para eleição de membros do Conselho de Administração

Inicialmente, cumpre esclarecer que poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração, pessoas naturais e residentes neste país. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 09 (nove) membros, com mandato de 01 (um) ano, permitida a reeleição.

Os cargos de Presidente e de Vice-presidente serão definidos por eleição entre os próprios membros do Conselho de Administração, observando-se os termos do artigo 19, parágrafo único, do Estatuto Social, a ser realizada na primeira Reunião do Órgão que suceder a Assembleia.

Sobre a composição do referido Órgão, a Administração **propõe a eleição de 04 (quatro) membros para compor o Conselho de Administração, mediante aprovação da chapa geral. Contudo, sendo requerida a eleição em separado ou a adoção de voto**

múltiplo, propõem-se a inclusão de mais 01 (membro) ao Conselho de Administração, a ser indicado pelos minoritários nos termos do art. 141, § 4º da Lei das S.A., de modo que o Conselho de Administração **seja composto por 05 (cinco) membros no total, sendo 04 (membros) indicados a eleição geral e 01 (um) membro indicado a eleição em separado.**

A fim de cumprir os requisitos legais é necessário que seja eleito pelo menos **01 (um) membro independente** para o Conselho de Administração, conforme disposto no artigo 140, § 2º, da Lei 6.404/76 e observando os requisitos do Anexo K da Resolução CVM nº 80. Destaca-se que, nos termos da norma citada, também poderá ser considerado independente o candidato eleito por eleição em separado requerida por acionistas minoritários ou aquele que cumprir os requisitos da referida norma.

Além disso, propõe-se que sejam eleitas **02 (duas) mulheres**, no mínimo, para comporem o Conselho de Administração, de modo que a composição da administração esteja em linha com as medidas ASG dispostas no Regulamento de Emissores da B3 e possibilite a manutenção do Selo WOB pela Companhia.

A solicitação de votação em separado ou adoção de voto múltiplo poderá ser efetuada por meio do Boletim de Voto à Distância, observados os requisitos legais e os procedimentos descritos no Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2025.

Eventuais informações sobre requerimentos e indicações de acionistas minoritários, inclusive quanto à indicação de candidatos, serão divulgadas por meio de Aviso aos Acionistas, cumprindo o disposto no art. 37º da Resolução CVM nº 81 e no Ofício Circular Anual, para garantir a esses candidatos a mesma transparência e divulgação.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração:

A Administração da Companhia apresenta os seguintes candidatos para os cargos de Conselheiros de Administração:

- (i) **Sra. Chao En Hung;**
- (ii) **Sra. Livia Toshie Suguita Chao;**
- (iii) **Sr. Francisco Asclépio Barroso Aguiar; e**
- (iv) **Sra. Gabriela Lerner Costa.**

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81 de 2022, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no Anexo III do presente documento.

(E) Proposta para a remuneração global dos Administradores para o ano de 2025

Cabe a Assembleia Geral Ordinária fixar a remuneração global dos administradores, de acordo com a determinação da Lei 6.404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabendo ao Conselho de Administração proceder à individualização da remuneração dos Administradores dentro dos limites estabelecidos na Assembleia, nos termos do art. 22, “h”, do Estatuto Social.

Deste modo, submete-se à Assembleia Geral Ordinária a **proposta de fixar o montante de até R\$ 847.000,00 (oitocentos e quarenta e sete mil reais) de remuneração global dos membros da Administração para o ano de 2025**, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

Esta indicação considera um reajuste dos valores propostos nos anos anteriores e visa gradualmente alcançar os valores de remuneração praticados no mercado, após longo período mantendo remunerações reduzidas, em razão das condições financeiras da Companhia.

As informações referentes ao item 08 do Formulário de Referência estão inseridas no Anexo III do presente documento.

(F) Proposta para eleição e remuneração dos Conselheiros Fiscais

O Estatuto Social da Companhia prevê o funcionamento de Conselho Fiscal apenas nos Exercícios Sociais em que sua instalação será requerida por acionistas. A instalação do Conselho Fiscal se dará mediante requerimento de acionistas que representem, no mínimo, 4% (quatro por cento) de ações com direito a voto, na forma da Resolução CVM nº 70 de 2022.

Se requerida a instalação do Conselho Fiscal, poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário, ou que tenham exercido por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Conforme o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros, com mandato de 01 (um) ano.

Caso seja instalado o Conselho Fiscal, **a Administração da Companhia propõe que sejam eleitos 03 (três) membros para compor o órgão neste mandato.**

Havendo requerimento para instalação do Conselho Fiscal ou a solicitação de acionistas para inclusão de candidatos ao órgão, a presente proposta será reapresentada com a indicação de candidatos pela Administração. Cabe ressaltar que o Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2025 apresenta informações detalhadas sobre a solicitação de instalação do Conselho Fiscal, a qual poderá ser feita por meio de Boletim de Voto à Distância.

Indicação de candidatos para o Conselho de Administração:

A Administração da Companhia apresenta os seguintes candidatos para os cargos de Conselheiros Fiscais:

(i) **Sr. Paulo Ricardo Pinto Alaniz;**

Suplente: **Sr. Henrique Barcelos Ercoli;**

(ii) **Sr. Marcelo Ficheira Lourenzi;**

Suplente: **Sra. Maria Aparecida Gomes Siqueira.**

As informações indicadas no item 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme artigo 11 da Resolução CVM nº 81 de 2022, relativas aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, foram inseridas no Anexo III do presente documento.

Sendo eleitos os membros, submete-se à Assembleia Geral Ordinária a **proposta de fixar a remuneração individual dos seus membros para o ano de 2025, em parcelas mensais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo paga uma parcela extra no mês de dezembro como forma de remunerar o trabalho realizado ao longo do ano.**

Informe sobre a destinação do lucro líquido

Em atenção ao artigo 201 da Lei 6.404/76, **a Companhia informa que o lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024 serão absorvidos pela conta de prejuízos acumulados**, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76, deste modo, não haverá deliberação para constituição de reservas e retenção de lucros, tampouco para distribuição de dividendos.

Não havendo deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado, o emissor deixa de apresentar o Anexo A, da Resolução CVM nº 81.

ESCLARECIMENTOS FINAIS

Nos termos da Resolução CVM 81, os documentos necessários para participação em Assembleia foram disponibilizados através da divulgação do Manual para Participação na Assembleia Ordinária de 2025 nas páginas eletrônicas da Companhia (www.minupar.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

28 de março de 2025.

Administração da Minupar Participações S.A.

Anexo I - Informações referentes à seção 02 do Formulário de Referência

Em razão dos assuntos incluídos na ordem do dia da Assembleia, a Companhia apresenta os comentários dos diretores referentes aos exercícios de 2023 e 2024 de forma compilada, para facilitar a compreensão do leitor acerca da situação da Companhia e suas controladas, especialmente, sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

2. Comentários dos diretores**2.1. Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

Até o encerramento do exercício social de 2023 e 2024, a Diretoria avaliava que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia eram suficientes para dar continuidade aos seus negócios e cumprir com as obrigações tributárias junto ao governo, acreditando-se que a operação garantia resultado suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os 12 meses seguintes.

Neste sentido, o principal assunto de atenção se tratava das obrigações tributárias da controlada indireta Minuano relativas a período pretérito de crise financeira, cujo montante elevado da dívida é hoje responsável pelo maior impacto financeiro nas contas, o qual engloba (nota explicativa 15 das Demonstrações Financeiras de 2024):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
INSS a recolher	21	25	293.089	281.502
FGTS a recolher	-	-	845	899
IRRF a recolher	13	23	515	892
IRPJ a recolher	-	-	110.746	106.680
CSLL a recolher	3	1	42.294	40.186
COFINS a recolher	-	-	51.780	49.983
PIS a recolher	-	-	11.039	10.617
Impostos Retidos	-	-	735	713
ICMS a recolher	-	-	1.133	1.130
Outros	-	-	4.933	4.718
Total	37	49	517.109	497.320

Dentre os débitos fiscais, existe uma parcela menor que está sendo paga mediante transações e parcelamentos, sendo que a maior parte é passível de prosseguimento da

execução judicial. Destaca-se que apesar da dívida antiga, desde 2017 a Companhia vem cumprindo com obrigações tributárias decorrentes da operação.

Cabe ressaltar que a maior parte dos débitos que compõem esta dívida, foram considerados inadimplidos, após terem sua compensação com o Crédito Prêmio de IPI negada administrativamente pela Receita Federal. O referido crédito havia sido concedido para a Companhia por meio de decisão judicial, contudo não foi reconhecido pela Receita Federal e se tornou objeto de discussão judicial, atualmente em tramitação.

Por outro lado, tendo a Companhia realizado o reconhecimento contábil do Crédito Prêmio de IPI para realizar as compensações, existe ainda a cobrança de tributação sobre este valor, a qual segue sendo discutida judicialmente. O detalhamento dos processos citados consta no item 4.4 do Formulário de Referência.

Diante do cenário exposto, a Diretoria sempre esteve atenta a alternativas que viabilizassem o pagamento da dívida dentro das condições financeiras da controlada e com a manutenção da operação, contudo, tendo todo o seu patrimônio penhorado por execuções fiscais e escassas opções (com custo exorbitante) de financiamentos que viabilizassem a ampliação da operação, a única alternativa era extrair ao máximo a estrutura existente com contenção de custos.

Nesta linha, a Companhia manteve o acompanhamento das alterações legislativas em conjunto com seus consultores jurídicos, tendo verificado a viabilidade de apresentar pedido de transação tributária individual, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

Assim, em abril de 2023 foi apresentado o primeiro pedido perante a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional visando a regularização dos demais débitos inscritos em dívida ativa e a emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND). Entretanto, diante da complexidade da situação da Companhia e das outras providências que tiveram que ser tomadas, as condições ainda estão sendo negociadas pelas partes.

Considerando o significativo impacto negativo das enchentes, ocorridas no mês de maio de 2024, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia e de suas controladas exigiram que o processo de negociação fosse agilizado, diante dos grandes investimentos necessários para a retomada da produção de embutidos. A regularização da dívida tributária tornou-se indispensável para possibilitar a emissão de CND e,

consequentemente, viabilizar o acesso às linhas de crédito, especialmente aquelas que beneficiam as empresas atingidas.

No dia 10 de maio de 2024, foi apresentado novo pedido de transação formalizando a informação deste cenário calamitoso para a Procuradoria, que demonstrou intenção de auxiliar no andamento das negociações.

A partir daquele momento, a Companhia passou a tomar as providências para atender as exigências da legislação e permitir que a Procuradoria possa aceitar o pedido da Companhia, dentre elas, a revisão da capacidade de pagamento da Companhia e a suspensão da exigibilidade da tributação sobre o Crédito Prêmio de IPI, a fim de que o processo judicial continue sua tramitação normal e este débito não seja incluído no montante transacionado.

Neste sentido, acredita-se que a Portaria PGFN/MF nº 1032/2024 acerca da Transação SOS-RS, que permitiu aos contribuintes com domicílio fiscal no Rio Grande do Sul regularizar os débitos inscritos em dívida ativa da União com benefícios maiores, seja capaz de auxiliar no processo. Por este motivo, após a publicação da Portaria, a Companhia apresentou pedido retificado, incluindo estes benefícios.

Durante o ano de 2024, a Administração da Controlada permaneceu em tratativas com a Procuradoria, sendo apresentados documentos e informações necessárias para realizar os ajustes essenciais para enquadramento da Companhia aos requisitos legais. Apesar disso, o pedido de transação ainda está em tramitação, tendo sido necessário realizar retificações no pedido ao longo do tempo.

Diante dos benefícios e subsídios que estão sendo concedidos pelo governo para auxiliar na reconstrução das empresas gaúchas atingidas pela enchente, a administração está empenhando todos os seus esforços para viabilizar a celebração da Transação Individual com maior brevidade, inclusive por meio de contínuo contato e frequentes reuniões com a Procuradoria.

Seguros patrimoniais:

Outro aspecto relevante, no que diz respeito ao patrimônio da Companhia, que exige destaque pela Diretoria, é a questão dos seguros patrimoniais. A política adotada pela Companhia nos últimos anos, incluía a cobertura total das suas plantas operacionais por

meio de seguros patrimoniais que garantissem a redução considerável de riscos com a perda de patrimônio. No entanto, durante o ano de 2023, a Companhia contratou seguros para cobrir eventuais sinistros somente na sede administrativa, nas Granjas e Incubatório.

Ainda no episódio da enchente que ocorreu no ano de 2020, a controlada Minuano passou a enfrentar problemas para a contratação de seguro para a unidade atingida. Apesar disso, até julho de 2023 existiam apólices contratadas para todas as unidades, ainda que não estivessem assegurando a empresa contra sinistros decorrentes de inundações. Entretanto, nos períodos em que ocorreram as enchentes relatadas em 2023 e 2024, não havia cobertura do patrimônio por apólices de seguro para as maiores unidades, tendo em vista que apesar dos esforços da administração, não havia oferta no mercado.

Cabe ressaltar que, ainda que houvesse ocorrido a contratação normalmente, este tipo de evento climático não estaria coberto, uma vez que o custo da contratação específica para enchentes/ciclones se tornou extremamente elevada após a ocorrência de 2020, de modo que o custo do seguro não compensaria o valor da cobertura oferecida.

Neste sentido, existem dois fatores principais que passaram a dificultar a contratação de seguros. Na fábrica de embutidos está relacionado com a ocorrência das diversas enchentes recentes, acarretando na falta de interesse das seguradoras pelo alto risco e a oferta de apólices com baixa cobertura.

Por outro lado, no abatedouro a falta de interesse das seguradoras abrange todos os estabelecimentos do ramo frigorífico, uma vez que está relacionada propriamente com o risco da atividade destas indústrias, em razão do histórico recente de acidentes com equipamentos e estrutura, do mesmo modo no que se refere às fábricas de rações.

No final do ano de 2024, após diversas diligências realizadas junto à seguradoras, a Companhia recebeu uma nova proposta de apólice, no entanto, com valores extremamente elevados, tornando inviável sua contratação.

Apesar do cenário de difícil negociação, a Diretoria continuou buscando alternativas e opções que viabilizassem a contratação de apólices de seguro patrimonial para as demais unidades.

b. estrutura de capital

Devido ao Patrimônio Líquido Consolidado Negativo, a estrutura capital consolidada da Companhia está composta da seguinte maneira:

Demonstrações financeiras de 2023:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital próprio (patrimônio líquido)	(324.175)	(336.085)	(344.161)
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	651.472	633.973	611.092
Capital total (próprio + terceiros)	327.297	297.888	266.931
Parcela de capital próprio	-99,05%	-112,82%	-128,93%
Parcela de capital de terceiros	199,05%	212,82%	228,93%

Demonstrações financeiras de 2024:

	<i>(Montantes expressos em R\$ mil)</i>		
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Capital próprio (Patrimônio Líquido)	(312.125)	(324.175)	(336.085)
Capital de terceiros (Passivo circulante + Passivo não circulante)	687.129	651.472	633.973
Capital total (próprio + terceiros)	375.004	327.297	297.888
Parcela de capital próprio	-83,23%	-99,05%	-112,82%
Parcela de capital de terceiros	183,23%	199,05%	212,82%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos da Companhia se refere principalmente a:

- (i) Pagamento dos custos de produção, dentre eles gastos com pessoal, energia elétrica e gastos com manutenção; e
- (ii) Pagamento de obrigações, fiscais, trabalhistas e sociais.

A principal fonte de recursos da Companhia é o caixa gerado pelas atividades operacionais. No quadro a seguir são demonstrados os índices de coberturas dos últimos exercícios sociais.

Demonstrações financeiras de 2023:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359
Resultado Financeiro	35.586	30.934	12.834
Índice de cobertura	1,72	2,24	4,08

Demonstrações financeiras de 2024:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221
Resultado Financeiro	29.779	35.586	30.934
Índice de cobertura	2,19	1,72	2,24

Apesar dos prejuízos que estavam previstos para o ano de 2024, no final do exercício social de 2023 os Diretores acreditavam que os recursos existentes somados a geração de caixa operacional da Companhia e eventuais captações de recursos financeiros junto à parceiros serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

Assim, as medidas prontamente adotadas para redução de custos após a enchente de maio de 2024, merecem destaque especial, sendo elas a busca por alternativas de terceirização da produção a fim de manter a marca no mercado, a suspensão de todos os investimentos não relacionados à recuperação da unidade, alongamento de prazos com fornecedores, readequação do quadro de funcionários administrativos e administradores com redução do custo de folha, bem como a redução de demais custos em geral.

Agora, com a divulgação dos resultados do ano de 2024, é possível observar que as medidas adotadas pela Administração para enfrentamento das adversidades, foram eficazes, garantindo a manutenção de um bom resultado, apesar do impacto causado pelas enchentes.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia utiliza como fonte de capital de giro os recursos próprios gerados na operação, pois, em virtude das dívidas tributárias antigas, acima mencionadas, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas

linhas de crédito. Com isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Havendo necessidade de financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez, a Companhia deve utilizar a antecipação de recebíveis vinculados ao contrato de prestação de serviço, enquanto não for possível ter acesso a outras fontes de financiamento em melhores condições.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contrato de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possuía consórcios antigos contratados junto à instituição financeira, com as características e condições informadas abaixo:

Instituição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Banrisul - Consórcio	274	126	163	160
Total	274	126	163	160

Entretanto, durante o exercício social de 2024, os referidos empréstimos foram liquidados:

	(Montantes expressos em R\$ mil)			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Banrisul - Consórcios	-	274	-	163
	-	274	-	163

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O emissor e suas controladas observam diversas restrições para a contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, especialmente devido a existência de dívidas fiscais, que impedem a Controlada Indireta Minuano de expedir Certidão Negativa de Débitos (CND) e restringem a alienação de seus bens imóveis, os quais foram penhorados como garantia de processos tributários.

Além disso, no momento em que for possível expedir a CND e retomar o acesso às linhas de crédito, será necessário realizar investimentos em estrutura e modernização da operação, os quais não puderam ser priorizados por longo período.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O emissor não possui financiamentos. Neste sentido, foi mantida apenas a operação de consórcio detalhada no item anterior, a qual foi liquidada em 2024.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Não houveram alterações significativas no período de 2023 e 2024, além daquelas já mencionadas sobre enchentes e seguros.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita da controlada Companhia Minuano de Alimentos se divide basicamente em 2 segmentos, conforme quadro abaixo.

Demonstrações financeiras de 2023:

Valores expressos em milhares de reais

Segmento	2023	2022	2021
Industrializados	182.797	205.329	178.021
Frigorífico – Abate e Processamento de Aves	202.554	186.075	165.787
Total	385.351	391.404	343.808

Demonstrações financeiras de 2024:

(Montantes expressos em R\$ mil)

	2024	2023	2022
Industrializados	171.084	182.797	205.329
Frigorífico - Abate e processamento de Aves	197.493	202.554	186.075
Total	368.577	385.351	391.404

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**Receita Líquida**

O faturamento líquido da Companhia no exercício de 2023 foi de R\$368.066 e de R\$354.888 em 2024, associados aos fatores descritos abaixo. Em 2023 houve um aumento percentual de aproximadamente 1% em relação ao exercício de 2022 (R\$365.740), por outro lado, no resultado de 2024, houve uma redução percentual de aproximadamente 3,71%, associada aos impactos da enchente de abril/maio de 2024.

Fatores positivos no período:

- a) Variação nas taxas atreladas ao dólar, o qual está diretamente ligado às vendas direcionadas ao Mercado Externo;
- b) Aumento no preço médio líquido nos produtos comercializados no Mercado Interno;
- e

- c) Reajuste no contrato de prestação de serviços junto a outra empresa do ramo.

Fatores negativos no período:

- a) Impacto da interrupção das atividades produtivas de industrialização de embutidos na cidade de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, nos meses de setembro e novembro de 2023; e
- b) Impacto da interrupção das atividades produtivas em toda a operação, decorrente da enchente que atingiu a maior parte do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio de 2024.

Enchentes:

Diante da relevância da matéria, cumpre prestar maior ênfase ao impacto negativo observado pelas enchentes que atingiram as unidades da controlada Minuano nos anos de 2023 e 2024, como bem descrito nas Demonstrações Financeiras dos respectivos exercícios sociais e no item 1.16 do Formulário de Referência de 2024.

As duas maiores unidades produtivas da Companhia, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (Fábrica de Embutidos) e Lajeado (Frigorífico), no Rio Grande do Sul, foram atingidas pela enchente ocorrida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023. O impacto deste incidente no frigorífico de aves localizado na cidade de Lajeado, foi considerado parcial, de modo que a operação foi interrompida entre os dias 04 e 06 de setembro de 2023.

Por outro lado, o impacto na fábrica de embutidos localizada na cidade de Arroio do Meio foi considerado calamitoso, e interrompeu a atividade desta unidade no período de 04 a 18 de setembro de 2023.

No mês de novembro de 2023, novas cheias atingiram a unidade produtiva Fábrica de Embutidos, localizada no município de Arroio do Meio. Embora com impactos menores do que na cheia anterior, as atividades da unidade foram interrompidas no período de 20 a 23 de novembro de 2023.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estes dois episódios, foi realizado o inventário de itens de estoques, bem como o levantamento dos gastos emergenciais associados à limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

Natureza	Valor
Manutenção	3.444
Embalagem	2.369
Ociosidade folha de pagamento	1.435
Produto pronto	832
Matéria prima	564
Serviço de limpeza	365
Serviço de transporte	199
Doação	196
Outros	94
	9.498

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais” das Demonstrações Financeiras de 2023, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

No início do mês de maio de 2024, a Companhia noticiou que as unidades produtivas da controlada Minuano, localizadas nas cidades de Arroio do Meio (embutidos e fábrica de rações) e Lajeado (abatedouro), foram atingidas pelas enchentes históricas que ocorreram em todo o estado do Rio Grande do Sul nos meses de abril e maio daquele ano.

O desfecho deste grande desastre natural foi de maior gravidade para a controlada Minuano, uma vez que atingiu, direta ou indiretamente, todas as seis unidades produtivas da Companhia.

Indiretamente, os transtornos observados nas unidades menores (granjas, incubatório e fábrica de rações) pela inundação em pátios e estruturas utilizadas por terceiros, falta de energia, internet e sinal de telefone, bem como, a dificuldade de acesso, causaram a redução/paralisação da produção por alguns dias.

Por outro lado, as maiores unidades foram atingidas diretamente pela inundação. O frigorífico localizado na cidade de Lajeado teve diversas áreas de apoio atingidas e a produção paralisada por mais de uma semana, inclusive pelas dificuldades de acesso à cidade por funcionários, bem como, para recebimento de matéria-prima e suprimentos.

Na fábrica de embutidos, os danos estruturais causados pela enchente foram mais graves do que nos episódios anteriores, em razão da sua proximidade com o Rio Taquari, motivo pelo qual, a retomada parcial da produção foi possível somente após a realização de reparos em estruturas e equipamentos, resultando em aproximadamente dois meses de paralisação da operação.

Devido a destruição causada nas instalações da unidade de embutidos, a operação ficou interrompida por aproximadamente dois meses, período no qual foram realizadas adequações estruturais, remontagem e higienização de equipamentos. Neste período ocorreu uma queda significativa na receita, todavia, a partir de 28 de junho a produção foi restabelecida, e até dezembro de 2024, já atingiu sua capacidade máxima de produção.

Entretanto, importa destacar que, apesar de estar sendo estudada pela Administração, eventual instalação da referida operação em local diverso exige investimentos elevados, registros, licenciamentos, entre outros requisitos que devem ser observados.

Com intuito de mensurar os prejuízos causados por estes dois episódios, foi realizado o inventário de itens de estoques, bem como o levantamento dos gastos emergenciais associados à limpeza, transporte e manutenção de máquinas e equipamentos. O montante apurado segue detalhado no quadro a seguir:

(Montantes expressos em R\$ mil)

Natureza	Valor
Perdas Imobilizado	4.215
Ociosidade Folha de Pagamento	3.871
Conservação e Manutenção	1.887
Locação de Máquinas	1.181
Total	11.154

Os valores demonstrados acima estão registrados na rubrica de “Outras Despesas Operacionais” das Demonstrações Financeiras, conforme indicado neste relatório através da nota explicativa nº 28.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas durante o exercício de 2023 foram de R\$20.247 e para o exercício de 2022 foram de R\$29.961, equivalentes a 5,50 % e 8,19 % respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2023, quando comparada com as despesas realizadas em 2022, está associado ao formato de negociação dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo, o qual foi praticado maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” em 2023, enquanto que em 2022, as negociações estavam sendo realizadas em sua maior parte na condição “CFR - Cost And Freight”.

Além disso, os custos dos fretes marítimos em 2023 tiveram uma leve queda de preços, quando comparados com os custos praticados em 2022, quando havia sido observado o aumento nos preços dos fretes.

No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 5,5% em 2023 e 8,19% em 2022, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas:

Rubricas	2023	2022
Receita Líquida	368.066	365.740
Despesas com Vendas	20.247	29.961
Relação %	5,50%	8,19%

Durante o exercício de 2024, as despesas com vendas foram de R\$16.128 e para o exercício de 2023 foram de R\$20.247, equivalentes a 4,54% e 5,50% respectivamente da receita operacional líquida.

O principal impacto na redução das despesas com vendas em 2024, também está relacionada com o maior volume de vendas na condição “FOB - Free On Board” e o custo dos fretes marítimos sobre as vendas junto ao Mercado Externo. No quadro abaixo são demonstradas as relações percentuais das despesas com vendas frente às receitas líquidas dos dois últimos exercícios, indicando a relação de 4,54% em 2024 e 5,5% em 2023, referente a participação das despesas com vendas sobre as receitas líquidas:

(Montantes expressos em R\$ mil)

Rubricas	2024	2023
Receita Líquida	354.888	368.066
Despesas com Vendas	16.128	20.247
Relação %	4,54%	5,50%

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A variação relevante na receita do ano de 2024 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de abril e maio, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, as quais ocasionaram uma redução no volume das vendas dos industrializados em 28% em comparação com o

exercício social anterior, conforme devidamente demonstrado no Relatório de Administração no item “Receita Operacional Líquida”.

Do mesmo modo, variação relevante na receita do ano de 2023 está relacionada com as enchentes que atingiram as unidades da Companhia nos meses de setembro e novembro, como informado na Nota Explicativa 34 das Demonstrações Financeiras do período, que resultaram na redução do volume das vendas dos industrializados em 11% em comparação com o exercício social anterior.

Comparativamente, no exercício de 2021, as variações de taxa cambial registradas decorreram dos efeitos ainda oriundos da pandemia Covid-19, e em relação ao exercício de 2022, o período mais sensível foi nos últimos meses do ano, devido ao fator político ocasionado pelas eleições.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados divulgados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2023 e 2024.

Demonstrações financeiras de 2023:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	385.351	391.404	343.808
Receita Líquida	368.066	365.740	319.644
Lucro Bruto	95.156	104.240	80.061
Resultado Operacional	42.335	43.926	55.513
Lucro Líquido do Exercício	11.909	6.555	33.810
EBITDA Ajustado	61.248	69.221	52.359
Lucro por Ação	1,6773	0,9232	4,7619

Demonstrações financeiras de 2023:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Receita Bruta	368.577	385.351	391.404
Receita Líquida	354.888	368.066	365.740
Lucro Bruto	93.766	95.156	104.240
Resultado Operacional	46.037	42.335	43.926
Lucro Líquido do Exercício	12.050	11.909	6.555
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221
Lucro por Ação	1,6972	1,6773	0,9232

(valores expressos em milhares de reais)

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Elas são elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nos últimos exercícios não houveram alterações nas práticas contábeis que provocassem mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O Relatório dos Auditores Independentes não apresentou nenhuma opinião modificada, e nenhuma ênfase.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não está prevista a constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

A ocorrência de eventos ou operações não usuais com efeito relevante no exercício social de 2023 e 2024 está relacionada com as enchentes e a possibilidade de realização de transação individual tributária. Ambos os assuntos foram destacados nos itens anteriores (2.1 e 2.2), sendo que o prejuízo já reconhecido é de R\$9.498 mil, no resultado de 2023, e de R\$11.154 mil, no resultado de 2024.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização) e EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado, este último acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso ou desembolso de caixa, tais medidas são utilizadas pela Companhia como forma de mensurar seu desempenho, estas medidas são elaboradas em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com as suas demonstrações contábeis.

O EBIT pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto que o EBITDA pode ser definido como resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e

amortizações, já o EBITDA ajustado ou LAJIDA ajustado é acrescido das despesas e receitas não recorrentes que não configuram ingresso/desembolso de caixa.

A Administração da Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são medidas práticas para mensurar o seu desempenho operacional e permitir uma comparação efetiva dos reflexos de diferentes períodos, como medida de valor.

Seguem abaixo os valores de EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Medições não contábeis	31/12/23	31/12/22	31/12/21
EBIT	42.335	43.926	55.513
EBITDA	52.973	50.943	61.921
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

Assim como, os valores divulgados nas Demonstrações Financeiras de 2024, com comparativo dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Medições não contábeis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
EBIT	46.037	42.335	43.926
EBITDA	53.693	52.973	50.943
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Demonstrações Financeiras de 2023:

Cálculo do EBITDA ajustado - Em R\$ mil	31/12/23	31/12/22	31/12/21
Lucro (prejuízo) líquido	11.909	6.555	33.810
(+ / -) Impostos correntes/(Impostos diferidos)	(5.160)	6.437	8.869
(+ / -) Resultado financeiro	35.586	30.934	12.834
EBIT	42.335	43.926	55.513
(+) Depreciações e amortizações	10.638	7.017	6.408
EBITDA	52.973	50.943	61.921
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	8.275	18.278	(9.562)
EBITDA ajustado	61.248	69.221	52.359

Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29 das Demonstrações Financeiras

de 2023, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para Perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas Enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos Judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

Em relação ao exercício de 2022, o montante de R\$18.278 refere-se principalmente aos lançamentos registrados nas rubricas de “Despesas e provisões de processos judiciais”, “Provisão para perda (Impairment)”, e “Recuperação de despesas”, classificadas nos grupos de outras receitas e despesas operacionais.

Demonstrações Financeiras de 2024:

Cálculo do EBITDA Ajustado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido	12.050	11.909	6.555
(+/-) Impostos correntes/diferidos	4.208	(5.160)	6.437
(+/-) Resultado financeiro	29.779	35.586	30.934
EBIT	46.037	42.335	43.926
(+) Depreciações	7.656	10.638	7.017
EBITDA	53.693	52.973	50.943
(+/-) Eventos não recorrentes (a)	11.422	8.275	18.278
EBITDA Ajustado	65.115	61.248	69.221

Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão relacionados à ajustes efetuados no período, e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29 das Demonstrações Financeiras de 2024, respectivamente identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”, conforme quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Provisão para perda	2.717	NE nº 28 - item "b"
Perdas enchente	13.815	NE nº 28 - item "d"
Créditos Fiscais	(6.761)	NE nº 29
Normas Contábeis	1.651	
Total	11.422	

Em relação ao exercício de 2023, o montante de R\$ 8.275 segue detalhado no quadro abaixo:

Ajuste	Valor	Divulgação
Despesas de litígios fiscais	4.765	NE nº 28 - item "a"
Provisão para perda	4.275	NE nº 28 - item "b"
Reversão de créditos tributários	1.230	NE nº 28
Perdas enchente	9.498	NE nº 28 - item "d"
Acordos judiciais	(3.786)	NE nº 29 - item "a"
Créditos Fiscais	(5.131)	NE nº 29
Venda de ativos	(1.350)	NE nº 29
Recuperação de despesas	(1.226)	NE nº 29
Total	8.275	

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado como indicadores não contábeis, pois acredita serem medidas práticas para medir seu desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que correspondem a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, itens não recorrentes e outros impactos sem reflexo direto em seu fluxo de caixa. A Companhia acredita que o EBIT, EBITDA e EBITDA ajustado são informações adicionais às suas demonstrações contábeis, mas não são medidas contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não devem ser utilizadas como base de distribuição de dividendos ou como substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicadores de desempenho operacional, tampouco como indicadores de liquidez. O EBIT, EBITDA e o EBITDA ajustado são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizados em substituição aos resultados auditados ou revisados.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não ocorreram eventos subsequentes às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social de 2023 e de 2024.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório.

O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6.404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de Investimento de Capital, ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.

A Assembleia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Conforme disposto no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do

Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.

Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, para aprovação da Assembleia Geral, participação proporcional aos administradores.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Nos últimos 3 (três) anos não foram distribuídos dividendos.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

O emissor e suas controladas estão impedidos de distribuir dividendos devido ao lucro líquido dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 serem absorvidos pela conta de prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei 6.404/76. Portanto, não foram distribuídos dividendos nos últimos 03 exercícios sociais e não há previsão de que isso ocorra no exercício corrente.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O emissor não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, em razão do prejuízo acumulado dos últimos anos. A elaboração e aprovação da referida política será incluída no planejamento quando houver previsão de resultado a ser destinado.

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem ativos e passivos que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

O emissor e suas controladas diretas e indireta não possuem outros itens que não estejam contemplados no seu balanço patrimonial.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

O emissor não destacou assuntos no item 2.8.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos realizados em 2023 pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, totalizaram R\$19.446 mil, em comparação com R\$10.520 mil em 2022. Os investimentos foram voltados à modernização e melhorias necessárias nos processos industriais das unidades operacionais, observando as condições de financiamento pelo caixa da Companhia.

Para o ano de 2024 havia previsão de continuidade nos investimentos de modernização e melhoria das plantas produtivas, tendo em vista que muitas estruturas ainda são bastante

antigas e de operação manual. Entretanto, diante dos prejuízos causados pela enchente em maio de 2024, foram mantidos apenas os investimentos necessários/obrigatórios para a manutenção do desempenho e continuidade operacional, tendo sido direcionados os recursos financeiros para a reconstrução da fábrica de embutidos e continuidade da produção própria.

Os investimentos realizados em 2024 pela controlada indireta totalizaram R\$34.770 mil, principalmente destinados à recuperação das unidades atingidas pelas enchentes no exercício de 2024, no valor de R\$17.027 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Há alguns anos a Companhia e suas controladas utilizam somente recursos próprios para efetivação de investimentos, podendo negociar parcelamentos diretamente com seus fornecedores.

Em virtude das dívidas tributárias antigas, mencionadas no item 2.1, a Minuano não possui Certidão Negativa de Débitos (CND), que é requisito para acessar diversas linhas de crédito, por isso, as fontes de financiamento disponíveis atualmente além de escassas, garantem acesso a baixos valores com taxas e juros exorbitantes.

Apesar disso, a negociação direta com fornecedores é possível em razão da boa relação mantida pela Companhia com o mercado em geral, demonstrando responsabilidade ao sempre quitar suas dívidas e compromissos nos prazos acordados, bem como, mantendo um histórico positivo de pagamento.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos relevantes, bem como não há previsão de fazê-lo.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Nos exercícios de 2023 e 2024, a Companhia não efetuou aquisições individuais que influenciam materialmente sua capacidade produtiva, as aquisições fazem parte de um

conjunto de ações que visam o melhor aproveitamento e ampliação da operação já existente.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Durante o ano de 2023 não foram realizadas pesquisas ou projetos para o desenvolvimento e produção de novos produtos, motivo pelo qual, não houveram gastos divulgados neste sentido.

Por outro lado, no exercício de 2024, os produtos novos foram desenvolvidos e produzidos por terceiros, de modo que não foram reconhecidos valores desta natureza no resultado final.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Durante o ano não ocorreu nenhuma pesquisa

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o exercício não foi registrado nenhum gasto em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia não divulgou projetos em desenvolvimento.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano não ocorreu nenhum gasto em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O emissor inseriu em seu plano de negócios a realização de mapeamento e diagnóstico das questões de ASG, a fim de produzir relatório que possa ser divulgado ao mercado dentro do prazo concedido pela Comissão de Valores Mobiliários e Bolsa de Valores (B3).

Em fevereiro de 2025 foi firmado contrato com empresa especializada em mensuração, reporte e monitoramento de dados ESG, através de soluções tecnológicas para a gestão de sustentabilidade. O projeto visa a implementação de um software que possibilitará o controle e monitoramento de dados, de maneira recorrente e automatizada. Sequência das fases do projeto:

Apesar disso, desde já é possível identificar diversas ações positivas nas práticas do emissor e suas controladas, por isso a Companhia busca aperfeiçoar pontualmente sempre identifica oportunidades em procedimentos relacionados ao meio ambiente, sociedade e práticas de governança.

O emissor também tem proporcionado capacitação específica em ASG para profissionais de diversas áreas da empresa, bem como, desenvolveu internamente uma Política de Meio Ambiente, com intuito de adequar as práticas de gestão ambiental, visando a proteção e conservação do meio ambiente, trabalhando de forma a minimizar os impactos negativos causados por sua atividade.

Além disso, no âmbito social, seus indicadores demonstram a existência de boas práticas de diversidade no seu quadro de colaboradores, assim como, a realização de ações inclusivas como o projeto para profissionalização de jovens aprendizes PDC's através de parceria com o SENAI e a APAE.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores considerados relevantes pelo emissor, foram descritos nos itens anteriores.

Anexo II – Currículos dos candidatos (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho de Administração
(itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

(i) **Nome: Chao En Hung**

Data de nascimento: 09/03/1965

Profissão: Empresária

CPF: 050.245.498-99

Cargo eletivo ocupado atualmente: Presidente do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 18.06.2021

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduação em Medicina na Universidade de São Paulo (USP). Agropecuarista há 36 anos. Trabalhou no mercado financeiro por 18 anos. Atua como Diretora Presidente contratada na Companhia Minuano de Alimentos desde 2021. Em 03/06/2024 foi eleita como Diretora nas Companhias controladas Sulaves S/A e Valepar S/A.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Livia Toshie Suguita Chao, Conselheira da Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Diretora presidente contratada na controlada Companhia Minuano de Alimentos.

(ii) **Nome: Livia Toshie Suguita Chao**

Data de nascimento: 13/01/1962

Profissão: Empresária

CPF: 076.434.648-20

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 14.12.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Sócia de diversas empresas, atuando principalmente no setor de logística e financeiro. Conselheira de Administração da Minupar Participações no período de junho de 2021 a abril de 2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Cunhada de Chao En Hung, Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Participa do grupo controlador da Companhia.

(iii) Nome: Francisco Asclépio Barroso Aguiar

Data de nascimento: 19/02/1961

Profissão: Engenheiro Mecânico-Nuclear e Matemático

CPF ou número do passaporte: 170.810.253-15

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho de Administração

Eleito pelo controlador: Sim

Membro independente: Sim, por cumprimento a todos os requisitos constantes no anexo K da Resolução CVM nº 80 de 2022.

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28.04.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico-Nuclear, Matemático e Pós-Graduado em Engenharia Nuclear, Engenharia Metalúrgica, Subárea Ciência de Materiais, pós-graduado em Tecnologia da Informação (TI) e Análise de Sistemas. Principais experiências: Membro do Conselho Fiscal das seguintes empresas: La Fonte Fechaduras S.A; La Fonte Investimentos S.A; La Fonte Telecomunicações S.A; Jereissati Telecom S.A; Jereissati Participações; Iguatemi S/A - de 1996 até 2022. Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009. Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009. Presidente do Conselho Fiscal da Telemar - TeleBahia de 1996 a 1999. Membro do Conselho Fiscal da Telemar - TeleCeará de 1996 a 1999. Membro Suplente do Conselho Fiscal da Energisa ±Mato Grosso. Membro do Conselho de Administração (Board) da Minupar Participações S.A. de 2001 até 2009. Membro do Conselho Fiscal do Banco da Amazônia S/A de 1997 até 2004. Membro do Conselho Fiscal da Fertiza - Companhia Nacional de Fertilizantes. Coordenador de Projetos de Grande Porte - 2003 - 2022.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(iv) Nome: Gabriela Lerner Costa

Data de nascimento: 01/10/1995

Profissão: Advogada

CPF: 015.962.390-18

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não ocupa cargo eletivo.

Eleito pelo controlador: Não se aplica.

Membro independente: Não

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica.

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogada formada pela Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, prestando assessoria jurídica para diversas empresas, especialmente do ramo alimentício. Atuou como advogada do Grupo Minupar, sendo também responsável pela área de Relações com Investidores da Companhia nos últimos 06 anos. Desde junho de 2021 exerce a função de Coordenadora de Trabalhos do Conselho de Administração, assessorando a administração como secretária de reuniões e nos assuntos societários.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Não se aplica.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Advogada empregada da controlada Companhia Minuano de Alimentos e Coordenadora de Trabalhos da Companhia.

Informações dos candidatos indicados para a eleição do Conselho Fiscal (itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência)

Efetivos:

(i) Nome: Paulo Ricardo Pinto Alaniz

Data de nascimento: 02/08/1962

Profissão: Contador

CPF: 369.375.330-04

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não eleito

Eleito pelo controlador: Não se aplica

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Mestre em Controladoria pela UFRGS, pós-graduado em Planejamento e Gestão de Negócios e graduado em Ciências Contábeis. Presidente do Conselho Fiscal da Trevisa Investimentos S. A. Foi Presidente do Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (6ª regional) em 2018/2023 e foi Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC/RS em 2013/2014. Atuou como conselheiro de administração no ECB Group e Conselheiro Fiscal da BSBIOS. Desde 2006 atua como professor em cursos de especialização em nível de pós-graduação em diversas universidades. Iniciou na profissão de auditor há mais de 40 anos, trabalhando em empresas privadas de grande porte. Foi professor de graduação na UFRGS e na FARGS atuando no curso de ciências contábeis.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Suplente:

(i) Nome: Henrique Barcelos Ercoli

Data de nascimento: 11/08/1983

Profissão: Advogado

CPF: 326.166.028-73

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: 28.04.2022

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Advogado com atuação de 15 anos em Direito Tributário e Direito Empresarial, formado em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID em dezembro de 2006, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo sob o nº 256.951 desde 20/04/2007. Sócio proprietário do escritório de advocacia ERCOLI SOCIEDADE DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ nº. 25.377.793/0001-93. Sócio proprietário da empresa de Consultoria ENGIER CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EMPRESARIAL – EIRELI, inscrita no CNPJ nº.

08.464.038/0001-27. Sócio proprietário da empresa SAFH - GESTAO E PARTICIPACOES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 31.283.119/0001-42.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

(ii) Nome: Marcelo Fichera Lourenzi

Data de nascimento: 27/09/1975

Profissão: Auditor e Contador

CPF: 894.062.730-04

Cargo eletivo ocupado atualmente: Não eleito

Eleito pelo controlador: Não se aplica

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Graduado em Ciências Contábeis e pós-graduado em Controladoria. Atuou como auditor independentes por 22 anos, em empresas de renome, como: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; BDO Auditores Independentes; KPMG Auditores Independentes; e Grant Thornton Auditores Independentes. Atuou como sócio nas empresas KPMG e Grant Thornton e como conselheiro fiscal da empresa HT Micron Semicondutores S/A (de 2019 a 2021). Atualmente é sócio da Avola Contabilidade e Consultoria.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Suplente:

(ii) Nome: Maria Aparecida Gomes Siqueira

Data de nascimento: 20/09/1968

Profissão: Administradora

CPF: 362.605.921-91

Cargo eletivo ocupado atualmente: Membro suplente do Conselho Fiscal

Eleito pelo controlador: Não

Membro independente: Não se aplica

Data de início do primeiro mandato consecutivo: Não se aplica

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos: Formada na Faculdade Superior FMV em 2004 – São Paulo. Pós Graduação Administração Hospitalar – Faculdade São Camilo – São Paulo -2007; Trabalhou na Empresa Solidez por 13 anos e atualmente é empresária.

Descrição de condenações que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: Informou que não ocorreram condenações contra si.

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau: Não se aplica.

Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, em sociedade controlada, controlador, fornecedor, cliente, devedor ou credor: Não se aplica.

Anexo III – Informações referentes à seção 8 do Formulário de Referência

1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A Companhia não formalizou Política de Remuneração dos Administradores, sendo que as práticas utilizadas se alinham aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria:

A definição da remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria ocorre em reunião do Conselho de Administração e leva em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções, assim como, as condições financeiras da Companhia.

A remuneração proposta para os membros a serem eleitos na Assembleia Ordinária de 2025, leva em consideração o trabalho que é realizado pelos Administradores, o porte da Companhia e o tempo despendido nas atividades, considerando ainda que a operação do grupo está centralizada na controlada Minuano.

Além disso, diante da melhora nos resultados da Companhia, a remuneração vem sendo gradualmente readequada, a fim de se aproximar dos valores praticados no mercado.

c. composição da remuneração:

A remuneração anual é composta de parcelas mensais fixas e uma remuneração extra no mês de dezembro, podendo ainda, eventualmente, ser deliberado pelo Conselho de Administração o pagamento de um valor extra a título de bonificação, considerando o resultado alcançado pela Companhia no exercício social, sendo sempre observado o limite global aprovado em Assembleia Geral.

A proposta para o ano de 2025, observou o mesmo percentual de reajuste aplicado na remuneração proposta para o ano de 2024.

A Companhia não tem por prática efetuar pagamento de outro tipo de remuneração variável, bem como não tem membros não remunerados.

A esse respeito, cumpre ressaltar as informações prestadas no Fato Relevante divulgado no dia 31 de maio de 2024, em que foram informadas as medidas adotadas pela administração para enfrentamento à crise decorrente da enchente que atingiu a Controlada Minuano. Naquela oportunidade, foi também informada a redução temporária das remunerações dos administradores e conselheiros fiscais no montante de 25%, bem como, que as Conselheiras Chao Em Hung, Livia Chao e Margareth Herrmann renunciaram ao recebimento da remuneração de Conselheiras.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração dos administradores é integralmente suportada pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal (em reais):

Previsão 2025	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	424.000	256.000	195.000	875.000
Total da remuneração	424.000	256.000	195.000	875.000

Valores 2024	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2,42	3	10,42
Salário ou pró-labore	185.000	139.750	165.000	489.750
Bônus	50.000	30.000	-	80.000
Total da remuneração	185.000	139.750	165.000	489.750

Valores 2023	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	3	3	11
Salário ou pró-labore	325.000	139.333	159.000	623.333
Total da remuneração	325.000	139.333	159.000	623.333

Valores 2022	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	10
Salário ou pró-labore	134.967	52.000	78.067	265.033
Bônus	16.333	8.000	-	24.333
Total da remuneração	151.300	60.000	78.067	289.367

Valores 2021	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	11
Salário ou pró-labore	121.474	60.867	44.600	226.941
Bônus	24.000	8.000	-	32.000
Total da remuneração	145.474	68.867	44.600	258.941

3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Nos anos de 2021 e 2022 foi aprovado o pagamento de bônus aos Administradores em Reunião do Conselho de Administração, no valor de duas remunerações efetuado no mês de dezembro. Em janeiro de 2024 foi aprovado e realizado o pagamento de bônus relativo ao resultado do exercício social de 2023. Referida bonificação não é concedida aos membros do Conselho Fiscal.

Valores 2024	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	3	3	8
Valor total reconhecido	50.000	30.000	-	80.000

Valores 2022	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	5	2	3	8
Valor total reconhecido	16.333	8.000	-	24.333

Valores 2021	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	6	2	3	8
Valor total reconhecido	24.000	8.000	-	32.000

4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações:

A Companhia não adota prática de remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não houve outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e não estão previstas outorgas para o exercício social corrente.

7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não há opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria.

8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos

exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em outorga de ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 5 a 11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A Companhia não adotou a prática de remuneração baseada em opções e ações nos 3 últimos exercícios sociais e não há previsão para o exercício social corrente.

13. Informar a quantidade de ações que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal:

No final do último exercício social encerrado, o Conselho de Administração detinha, direta ou indiretamente, 881.729 ações ordinárias emitidas pela Minupar Participações S.A. e a Diretoria detinha 3.810 ações ordinárias. O Conselho Fiscal não detinha ações.

Os membros da chapa proposta para o Conselho de Administração, a serem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025, detinham 896.219 ações em 28.03.2025.

14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não confere planos de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários.

15. Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:**Diretoria Estatutária**

ANO	PREVISTO 2025	2024	2023	2022	2021
Nº de membros	2	3	3	2	2
Nº membros remunerados	2	3	3	2	2
Valor da maior remuneração (R\$)	128.000	55.000	65.000	30.000	30.000
Valor da menor remuneração (R\$)	128.000	55.000	65.000	30.000	30.000
Valor médio da remuneração (R\$)	128.000	55.000	65.000	30.000	34.433

Conselho de Administração

ANO	PREVISTO 2025	2024	2023	2022	2021
Nº de membros	5	5	5	5	6
Nº membros remunerados	5	5	5	5	6
Valor da maior remuneração (R\$)	128.000	55.000	65.000	30.000	30.000
Valor da menor remuneração (R\$)	74.000	55.000	65.000	30.000	30.000
Valor médio da remuneração (R\$)	84.800	37.000	65.000	30.260	25.246

Conselho Fiscal

ANO	PREVISTO 2024	2024	2023	2022	2021
Nº de membros	3	3	3	3	3
Nº membros remunerados	3	3	3	3	3
Valor da maior remuneração (R\$)	65.000	55.000	53.000	26.000	14.867
Valor da menor remuneração (R\$)	65.000	55.000	53.000	26.000	14.867
Valor médio da remuneração (R\$)	65.000	55.000	53.000	26.022	14.867

Observações: conforme orientação do ofício circular anual da CVM/SEP, o valor médio da remuneração foi calculado considerando o número de membros eleitos em Assembleia Ordinária. Para definir o valor da maior e da menor remuneração, levou-se em consideração apenas os membros que atuaram por 12 meses.

De modo diverso, em 2021, o Conselho Fiscal foi instalado apenas no mês de junho, portanto foi considerado o período parcial.

16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria:

A Companhia não dispõe de instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos:

Órgão	2025	2024	2023	2022	2021
Conselho de Administração	47,64%	27,03%	40,00%	45,63%	46,56%
Diretoria Executiva	0%	0%	0%	0%	12,87%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%	0%

18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

No exercício social de 2021 foi reconhecido o pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$150.000,00 ao Vice-Presidente do Conselho de Administração à época, Sr. Welinton Balderrama dos Reis, para atuação no processo nº 017/1.13.0002978-6, como advogado.

Para os demais membros da administração, nos três últimos exercícios não foram reconhecidos valores no resultado do emissor como remuneração por qualquer razão que não as funções que ocupam.

19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração dos administradores é totalmente suportada pela Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.